

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo:ABDR: 2000.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP7A, 2004.

SILVERIO, Valter Roberto. “Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial”. In: *Ações Afirmativas e o combate ao Racismo nas Américas*, Brasília: MEC.

SOUSA, Santos Boaventura. *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

SOUZA, Jessé *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VÁRNAGY, Tomás in Boron, Atilio A.. Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx. En publicacion: *Filosofia política moderna*. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

MODERNIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS E A ESCOLA NORMAL CEARENSE (1930-1950)

Ana Michele da Silva Lima

Graduada em História (UECE). Mestranda em Educação Brasileira vinculada a Linha História e Memória (bolsista PROPAG — UFC).
Email: anamichelesl@gmail.com

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo

Docente Tutora e Orientadora do Instituto UFC/Virtual. Doutoranda em Educação Brasileira na Linha de Pesquisa História e Memória, Bolsista PROPAG. Mestre em Filosofia; Especialista em Gestão Escolar e Educação a Distância. Graduada em Filosofia Licenciatura e Pedagogia.
Email: helenamarinho@virtual.ufc.br

Introdução

No ano de 1837, a gestão do Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, já tinha uma visão futurista para a implementação da Escola Normal cearense e, por conseguinte, melhorar a qualidade da educação pela formação docente para as séries iniciais. Como informa Castelo (1970, p. 193), pela Lei nº 91, de 5 de outubro, no art. 1º, “Fica criada, temporariamente, uma Escola Normal de primeiras letras na Capital da Província”.

Assim as tentativas de organização do ensino em si, e no caso do primário, são advindas bem anteriormente à década de 30 do século XX, que é a datação inicial deste estudo, porém sabe-se que muito do que se propôs e se tem registrado em documentos oficiais, anteriormente a esse período, ficaram apenas no papel.

Já que, durante o final do século XIX e o início do século XX, além de um notório processo de urbanização enraizado em discursos civilizatórios e de uma modernização para com as principais cidades em uma perspectiva física, tivemos também diversas intervenções urbanas que objetivavam transformar hábitos e definir práticas culturais alinhadas à civilidade europeia, a higienização no âmbito público e privado e, posteriormente, transformações e modificações na educação, para um reflexo de trabalho e desenvolvimento já influenciado pelo ideal norte-americano. (PONTE, 1993).

As preocupações iam do individual ao coletivo, tornaram as escolas ponto inicial tanto para diversas formas de intervenções e inspeções como também reflexo de condições que se deveriam propagar à população. Lembrando que, no início do século XX a saúde e os profissionais envolvidos com esta, ganharam total importância na reestruturação urbana objetivada.

Grupos escolares e escolas isoladas, mesmo com contínua falta de professores, conseguem se expandir. A escola junto às mudanças advindas e direcionadas de forma mais específica a educação em si, foi palco para as mais diversas propostas e mudanças, com a aceleração do processo de industrialização.

Podemos observar que no quadro da educação, já podíamos ver a ocorrência, bem antes a esse processo de modernização, de iniciativas, por mais que pontuais na perspectiva geográfica, de melhorias no caráter do ensino. Há uma necessidade de expansão e a organização da educação, de uma

proposta mais tecnicista, de uma formação de trabalhadores correspondendo ao crescimento fabril que vinha se efetivando no quadro nacional, porém o ensino de maneira geral, ainda permanecia para uma minoria elitista.

A criação de um único Ministério em relação à educação e saúde nada mais era do que reflexo de dois campos que se destacavam como necessários, e assim meios da configuração pretendida para o Brasil, que durante a Era Vargas, trarão várias modificações que serão propostas e efetivadas, já que muita das iniciativas referentes ao movimento sanitário, advindo desse ar modernizante, tem sua culminância na criação, em 1930, desse ministério. (BARBOSA, 1994).

De tal modo, os problemas estavam calcados tanto na perspectiva quantitativa, quanto qualitativa, pois era um turbilhão de mudanças constituídas para um desenvolvimento brasileiro, em todos os campos, econômico, social e político, e assim intervenções e instituições são criadas em busca de melhorar esse panorama nacional, de forma geral, e não somente nos dois campos.

Porém, a política implantada no ideal civilizador, era de que os indivíduos úteis fossem saudáveis e trabalhadores. Assim buscou-se disciplinar, comportamentos e hábitos, desejando, portanto, um determinado perfil de cidadão para um crescimento nacional almejado por parte das autoridades. Deste modo, tivemos uma intensificação da política de incentivo ao trabalho e de melhorias à educação, esta política é uma das marcas do governo de Getúlio Vargas no Brasil. (GOMES, 1999).

Portanto, observando os caminhos, as propostas e ações diretas ou indiretas das autoridades e da sociedade, no processo de modernização citadino, visualizamos juntamente, grandes avanços na história da educação cearense, na medida em que, há um crescimento no número de estabelecimentos, ou pelo menos uma maior preocupação com a estrutura física dos já existentes.

A questão é que a preocupação não era especificamente com relação a um maior acesso a cultura e a escola, por parte da maior parcela da população. Os quadros da saúde e da educação foram se reestruturando devido a uma busca pela construção de uma imagem brasileira que não fosse atrasada e / ou retrograda, comparada ao modelo das nações desenvolvidas.

De tal modo, nos faz válido salientar é como toda essa nova configuração já existente ou pretendida, mostrava-se presente com relação à formação de docentes, e de forma mais específica como interviu na formação das professoras primárias, no caso do estudo, as formadas pela Escola Normal cearense.

As Mudanças na Formação das Professoras Primárias

O processo de renovação trouxe consigo novos fomentos, onde já não era suficiente, então, um professor que dominasse apenas os conteúdos e os métodos de ensino, era preciso um aprofundamento no desenvolvimento infantil e um especialista em higiene.

No Brasil, foram as Escolas Normais, em uma perspectiva de institucionalização do ensino, que propiciaram a for-

mação docente para as séries iniciais. Entretanto, já havia sim tentativas na configuração da gênese docente, desde a chegada da Família Real portuguesa, porém só bem posteriormente a essas tentativas iniciais, e até mesmo pontuais, já que ocorreram em lugares e tempos distintos, teremos realmente a fundação dessas escolas.

Em 1834 foram criadas as primeiras Escolas Normais, para formação do magistério referente ao ensino primário, por iniciativas das ainda então denominadas províncias, que ficariam responsáveis, tanto pela instrução das séries iniciais, quanto pelo ensino secundário.

A questão é que a Escola normal foi mudando de espaço físico, denominação e também de metodologias de ensino no decorrer do final do século XIX e início do XX. Onde a partir da década de 1920 constituiu-se o desenvolvimento do movimento da Escola Nova, com a aquisição de novas disciplinas e propostas pedagógicas ao professorado do ensino primário. Ações vão ser direcionadas pelo desenvolvimento moral e mental da criança, com incentivos ao ensino profissionalizante, mas com a presença de discursos humanista, assistencialista e nacionalista de que as crianças e o cuidado para com elas, configurava o desenvolvimento de um país, assim como assegurava o futuro deste, ou melhor, os futuros trabalhadores desse. (LIMA, 1985).

Deste modo, ocorreu a partir de 1930 diversos decretos de âmbito nacional e estadual, que modificaram, reestruturaram, redefinindo a finalidade da formação docente primária e da Escola Normal, e / ou acrescentaram disciplinas e cursos

específicos ligados à área de saúde. Pois esta se configurava no período com um grande índice de mortalidade e de impedimentos ao trabalho à população de forma geral, e no caso do Ceará ainda com o agravante das consequências das secas.

Foi criado também o Plano Nacional de Educação (PNE) e às professoras primárias foi reservado um importante papel na implantação dos princípios da Escola Renovada e na remodelação do ensino e das práticas escolares, assim como das intervenções do processo modernizador.

Inspeções e modificações sejam de forma direta, e correlacionada ao processo macro que a cidade estava vivenciando, se constituíram tanto por uma própria necessidade da educação de avanços e estudos de metodologias mais específicas às escolas primárias e às professoras, quanto desenvolveram e proporcionaram um novo ensino no campo das ideias e dos saberes pedagógicos às práticas e ao cotidiano escolar. (MARQUES, 2003)

As normalistas se viam diante de todo esse processo como sujeitos importantes, na medida em que eram os profissionais da educação, alvo e meio na visão dos governantes para intervir na escola, para com as crianças, chegando às famílias, assim às casas e ruas.

Articulando com conceitos de disciplina, civilidade e modernidade as mudanças propostas eram tanto na perspectiva do que atualmente podemos denominar como didática do ensino, quanto em relação ao currículo das professoras e do alunado, que foram em variados âmbitos, desde a medicina, a noção de saúde, doença, higiene, boa alimentação e bons

hábitos, configurando uma nova constituição pedagógica e social. (SAMPAIO, 1951)

De acordo com o Regulamento de 33 de janeiro de 1935 houve uma alteração no nome da Cadeira de Pedagogia, Didática e Educação Sanitária para Pedagogia e Sociologia Educacional, Técnica do Ensino e Higiene e Puericultura. Ofertava ensino integral para ambos os sexos que desejassem se habilitar para o magistério.

Ainda sob a perspectiva desse documento, destacamos os cinco cursos que a escola Normal passaria a oferecer: 1) Pré-primário, no Jardim da Infância, 2) Primário, concluído na Escola Modelo, 3) Secundário, 4) Curso normal ou técnico, para formação de professores e o Curso de Aperfeiçoamento do professorado.

No que se referia aos professores, eram unânimes em afirmar as condições exigidas para tão nobre missão, quais seriam: preparo e atitude exemplar. Em relação à formação salientavam a necessidade de uma preparação regular e sólida. (MARQUES, 2003, p. 111).

Assim, buscava-se que o professorado não somente ensinasse, mas principalmente fosse exemplo: “Os professores como ‘agentes transmissores’ ou ‘persuasores’ desses saberes” (MARQUES, 2003 p.110). A Educação Sanitária advinda e necessária ao mundo moderno buscado passou a ser uma disciplina específica na formação de professores primários, onde a Escola Normal servia como instituição formadora de normalistas, de inspetores e educadores sanitários, participes do projeto médico-pedagógico de uma higienização social.

A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 propunha como finalidade ao Ensino Normal: desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância¹, onde a Higiene e a Puericultura, que colocações gerais seriam apreender os cuidados com relação a gravidez, aleitamento e higiene de recém-nascidos, já faziam parte do currículo de formação desses docentes. Na atual Escola Normal (IEC), há uma indicação da área onde funcionavam os Cursos de Saúde: 1) Instrumentação cirúrgica e 2) Técnica de análise em laboratório; o laboratório de Ciências para a prática desses cursos.

Conclusão

Assim procuramos observar que para o desenvolvimento de estudos de caráter histórico sobre a profissão docente, e sobre o processo citadino nas primeiras décadas do século XX no Brasil, no Ceará e em Fortaleza, nos há uma possibilidade de considerar a hegemonia de determinados discursos ou teorias médicas, sociais e pedagógicas.

Onde as décadas de 1930 a 1950 do século XX, foram marcadas por um momento de produção, divulgação e expansão de novas práticas e culturas, que se faziam necessárias para renovar e remodelar a cidade, as ruas, as casas, as escolas, as pessoas e o ensino correlato assim à formação de um novo professor, um novo aluno, um novo cidadão contribuindo para o ideal nacionalista proposto.

¹ Definição da finalidade do ensino normal. Decreto de Lei nº8530. Lei Orgânica do Ensino Normal, 2 de janeiro de 1946. Publicado em Diário Oficial.

Lembrando que o ingresso de muitas moças na confluência da profissão docente, na formação de normalistas, para as séries iniciais era por apresentar-se com a proximidade do serviço doméstico de cuidar dos filhos, ou seja, a profissão docente se tornava um prolongamento da função materna.

Assim a professora, seria exemplo, norte para a criança e a família, pois ela teria que primariamente enquadrar-se na postura moderna e civilizada, para poder constituir-se peça necessária para uma reeducação sanitária que traria a higiene à população, como também afastaria a criança de vícios e moléstias a partir da maior intervenção do ensino.

Houve, em efeito assim, uma valorização das Escolas Normais por intermédio dessas reformulações ocorridas, pois se configurou como espaço, meio e fim de todo um processo, na medida em que era formador de inspetores sanitários, de professoras primárias e assim de propagadores e não impositores da higiene e do ideal moderno brasileiro.

Referências

ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. *Da Escola Normal ao Instituto de Educação do Ceará (IEC): uma Reflexão a Luz da História e da Experiência Docente no Estágio Supervisionado*. 2010. 140 f. Universidade estadual do Ceará (UECE).

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. *História da saúde pública do Ceará: da Colônia a Vargas*. Fortaleza: Ed. UFC, 1994.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição de 1937*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: maio/2011.

CADERNOS DO CEDES/ Centro de Estudos Educação Sociedade (1980). *Educação pela Higiene: História de muitas Cruzadas* — Vol. 23, n. 59 — São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. Lisboa: DIFEL.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editora, 1994, p. 24.

ARAÚJO, Erick Assis de. *Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*. Fortaleza: INESP, 2007.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia da pesquisa ação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930 — 1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Medicina Social*. In: Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio, Graal, 2ª ed., 1981.

GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Pandolfi, Dulce (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LE GOFF, Jacques (org.). *História e Memória*. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Gerson Zanetta de. *Saúde Escolar e educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976. Reimpressão.

PEIXOTO, A. *Noções de Higiene* — Para uso das escolas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

SAMPAIO, F. *Lições de Ciências Naturais e Preceitos de Higiene* — para o Curso Primário. 5ª Edição. Fortaleza- CE: Editora Instituto do Ceará. 1951.